

REFLEXOS DO ABUSO SEXUAL NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DE 06 A 07 ANOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

LIMA-BERTON, Tatiane Delurdes de

Doutora e Mestre em Educação pela UFPR, docente do Curso de Pedagogia da UNISE Educacional, Campo Largo, Paraná, e-mail tati8lima@gmail.com

RODRIGUES, Liliane de Moraes Ferreira dos
Santos

Graduada em Pedagogia, e-mai: llilimoraes13@gmail.com

RESUMO:

O estudo tem como objetivo apresentar as consequências do abuso sexual para o processo de ensino e aprendizagem de crianças de 06 a 07 anos de idade, uma vez que se percebe o aumento da violência infantil, segundo o Observatório do Terceiro Setor (2021). Partindo de uma revisão sistemática dos últimos dez anos, houve um levantamento dos estudos que apresentavam a temática na área da educação e de como as práticas pedagógicas podem contribuir para minimizar e superar as consequências na aprendizagem. A coleta e análise de dados ocorreu por meio do banco de dados da CAPES e do Google Acadêmico. Encontrou-se o total de 2155 artigos e, conforme os critérios de inclusão e exclusão, selecionou-se 4 estudos para a discussão (Oliveira & Miranda, 2013; Maduro & Brito, 2021; Trabuco; Peres & Maio, 2015; Pedroso & Barbosa, 2017). A criança que sobre o abuso apresenta dificuldades de aprendizagem como o desinteresse pelo estudo, dificuldade de atenção e conflitos na interação entre colegas e professores. Identificou-se que a escola possui papel importante para a superação dessas consequências, utilizando-se de práticas pedagógicas que envolvem o trabalho multiprofissional, ações de prevenção, conhecimento dos sinais de alerta, estímulo da autoestima, da criação e fortalecimento de vínculos, estímulo à atenção e concentração,

bem como salientar as potencialidades da criança. Destaca-se que o abuso sexual infantil deve ser abordado nos mais diferentes espaços, não somente no meio escolar, uma vez que é dever de toda a sociedade e poder público garantir que os direitos de proteção e prevenção da criança.

PALAVRAS-CHAVE:

Abuso sexual infantil; Aprendizagem; Consequência; Criança; Educação.

RESUMEN:

El estudio tiene como objetivo presentar las consecuencias del abuso sexual para el proceso de enseñanza y aprendizaje de niños de 6 a 7 años, ya que se percibe el aumento de la violencia infantil, según el Observatório do Terceiro Setor (2021). A partir de una revisión sistemática de los últimos diez años, se realizó un levantamiento de estudios que presentaron el tema en el área de la educación y cómo las prácticas pedagógicas pueden contribuir para minimizar y superar las consecuencias en el aprendizaje. La recolección y el análisis de datos se realizaron a través de las bases de datos CAPES y Google Scholar. Se encontraron un total de 2155 artículos y, de acuerdo con los criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron 4 estudios para su discusión (Oliveira & Miranda, 2013; Maduro & Brito, 2021; Trabuco; Peres & Maio, 2015; Pedroso & Barbosa, 2017) . El niño abusado presenta dificultades de aprendizaje como falta de interés por estudiar, dificultad para prestar atención y conflictos en la interacción entre compañeros y profesores. Se identificó que la escuela juega un papel importante en la superación de estas consecuencias, utilizando prácticas pedagógicas que involucran trabajo multidisciplinario, acciones de prevención, conocimiento de señales de alerta, estimulación de la autoestima, creación y fortalecimiento de vínculos, estimulación de la atención y concentración, así como resaltar el potencial del niño. Es de destacar que el abuso sexual infantil debe ser abordado en los más diversos espacios, no sólo en el ámbito escolar, ya que es deber de toda la sociedad y de los poderes públicos velar por que se garanticen los derechos de protección y prevención del niño.

PALABRAS CLAVE:

Abuso sexual infantil; Aprendizaje; Consecuencia; Niño; Educación.

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta a temática sobre as consequências do abuso sexual para o processo de ensino e aprendizagem de crianças de 06 a 07 anos de idade. Compreende-se que a infância é uma fase do ser humano e que possui suas características próprias. Está em processo de descobertas, é curiosa, experimenta o mundo, e é dependente de cuidados de adultos por ainda não ter seu desenvolvimento cognitivo, físico, social formado. A criança faz parte da infância e é o sujeito em desenvolvimento. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 2º, é considerada criança, a pessoa com até 12 anos incompletos. Há a divisão da fase em dois períodos, sendo de 0 a 6 anos completos a 1ª infância e de 7 a 12 anos completos a 2ª infância (BRASIL, 1990).

Devido a infância ser uma fase em constante desenvolvimento e que a criança é dependente e vulnerável pela sua condição natural, ela deve ter os seus direitos assegurados, sendo responsabilidade da família, do poder público e de toda sociedade civil. Porém, nem sempre os direitos das crianças foram priorizados. Dentre as violências que podem acometer o crescimento infantil há a de cunho físico, psicológico, institucional e sexual.

Para o recorte do presente estudo, será investigado sobre o abuso sexual infantil. É um tema complexo, que deve ser abordado nos diferentes espaços. É preciso promover a prevenção de violações de direitos, bem como da superação de traumas causados pelo mesmo, possibilitando que suas consequências sejam reduzidas ou minimizadas e, que favoreça o processo de aprendizagem escolar e o desenvolvimento infantil. E, justifica-se a promoção do presente estudo por diversos fatores, sendo eles pessoal, acadêmico e social. De cunho pessoal da acadêmica, pois, remete a experiências pessoais e o desejo de participar ativamente do enfrentamento a situação de abuso sexual.

O propósito dessa escolha é oportunizar ações pedagógicas que auxiliem na superação de violências e na melhoria da perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. No âmbito acadêmico a pesquisa ajudará os futuros educadores e pedagogos a entenderem a importância do tema e identificar situações de abuso e proporcionar uma melhor prática pedagógica e didática. A

relevância social está ligada à importância de conhecer e identificar o abuso sexual e despertar uma sociedade não omissa e de respeito e atuação pela preservação dos direitos humanos fundamentais.

Partindo da questão norteadora: “Quais as consequências do abuso sexual para o processo de ensino e aprendizagem de crianças de 06 a 07 anos de idade? ”, foi realizada uma pesquisa qualitativa, teórica, por meio da Revisão Sistemática. O estudo tem como objetivo geral compreender quais são as consequências do abuso sexual para o processo de ensino e aprendizagem de crianças de 06 a 07 anos de idade. Tem como objetivos específicos, identificar os tipos de violência que interferem no desenvolvimento infantil; definir o que é violência sexual infantil; observar o panorama de estudos científicos sobre a temática pesquisada; relacionar o abuso sexual com o processo de ensino e aprendizagem da criança de 06 a 07 anos de idade e; reforçar a importância da prevenção das violências na infância para a garantia de direitos.

Com a busca nos bancos de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o Google Acadêmico, dos 10 últimos anos, entre 2011 e 2021, houve a possibilidade de discussão de 04 artigos científicos sobre a temática, dentre os 2155 estudos. São produções que definem o conceito de abuso sexual infantil, retrataram as consequências para a aprendizagem e, apontam práticas pedagógicas para a superação delas.

METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa é um processo de análise subjetiva que instiga a reflexão da realidade, utiliza-se de diferentes métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto, sendo observado desde seu contexto histórico, relações e processos de desenvolvimento. Também, consideram-se experiências particulares e pontos de vista sobre determinados assuntos. Utiliza a coleta de dados sem a necessidade de dados numéricos como comprovação do objeto de estudo. Possibilita a análise de dados implícitos e explícitos relacionados ao tema. (Sampieri; Collado & Lucio, 2013).

A escolha pela pesquisa qualitativa aconteceu pela necessidade de discutir sobre o fenômeno da violência, em específico ao abuso sexual, e a maneira como ele interfere no desenvolvimento infantil escolar, a fim de buscar elementos que possam auxiliar educadores atuantes e em formação. Optou-

se pelo alcance de pesquisa exploratória, sendo a investigação que explora as situações, contextos e ou relações da vida humana, os fenômenos sociais que precisam de visibilidade acadêmica e discussão social.

Com o objetivo de compreender quais são as consequências do abuso sexual para o processo de ensino e aprendizagem de crianças de 06 a 07 anos de idade, será realizada como coleta de dados a revisão sistemática. A escolha ocorreu por tratar-se de uma investigação que se utiliza de bancos de dados para verificar o panorama de pesquisas sobre o tema escolhido, bem como o contexto e tipos de estudos em que o tema é abordado recentemente.

Para realizar uma revisão sistemática deve-se partir de três pontos, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), em que, primeiro define-se o objeto da revisão, em segundo a identificação da literatura e, em terceiro, a seleção dos estudos que estejam dentro do tema proposto. Para isso, faz-se necessário criar critérios para inclusão ou exclusão de artigos sobre o tema. Houve a escolha do banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o Google Acadêmico. Optou-se pelas palavras-chave: abuso sexual infantil, criança, aprendizagem, educação, consequência, escola. Para a verificação cronológica, escolheu-se as pesquisas dos 10 últimos anos, entre 2011 e 2021.

Na coleta dos dados, a primeira etapa de análise foi a leitura dos títulos e resumos, seguindo os critérios de inclusão: aproximação ao tema pesquisado (abuso infantil e aprendizagem), entre os anos de 2011 a 2021, artigos científicos e que dialoguem sobre abuso sexual infantil e aprendizagem no Ensino Fundamental - Anos Iniciais. A segunda etapa foi a realização da leitura flutuante dos artigos escolhidos, seguindo para a análise das produções - tipos de pesquisas, anos mais publicados, resultados que oportunizem apontar práticas pedagógicas que possam auxiliar na superação das dificuldades de aprendizagem decorrentes do abuso sexual infantil e reforçar a importância da prevenção das violências na infância para a garantia de direitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A infância é reconhecida por uma fase de desenvolvimento humano fundamental, porém, historicamente, ela não era considerada uma fase, etapa ou estágio do desenvolvimento infantil, não havia uma preocupação com esses sujeitos, considerando os altos níveis de natalidade e mortalidade. Na Idade Média, a criança era vista como uma miniatura de adulto, ideia essa facilmente compreendida ao analisar-se pinturas da época, onde o que diferenciava uma criança do adulto seria apenas o tamanho. Aos sete anos de idade, aproximadamente, elas eram consideradas aptas ao trabalho e afazeres em geral, como se tivessem discernimento de si e do mundo. Ademais, frequentavam os mesmos locais que adultos, como ambientes noturnos e bares (Gebert, 2019).

Adentrando na Idade Moderna, no período da Renascença, a criança foi considerada como uma tábula rasa, contudo, a sociedade passou por transformações decorrentes do crescimento da classe burguesa, trazendo uma notoriedade à criança. Com o avanço das ciências, houve também uma redução dos índices da mortalidade infantil, porém, esse era um privilégio das classes mais favorecidas. Para as crianças de classe média baixa era deixado o trabalho, onde muitas vezes tinham seus corpos mutilados pelas máquinas, além da privação cultural e de desenvolvimento sadio (Caldeira, 2008).

Na Idade Contemporânea, a criança passa a ter divisões por idade, espaços reservados e específicos, tornando-se um ser de direitos, com acesso à escolarização em seus primeiros anos de vida, mesmo que de forma assistencialista. Dessa forma tornou-se um sujeito ativo na sociedade. (Jácome, 2018). Advindo de uma construção histórica, a criança passou a ser reconhecida também como sujeito de direitos, porém, mesmo com as legislações, políticas públicas e outras ações para assegurar o desenvolvimento infantil, ainda em pleno século XXI há a violação desses direitos.

A criança é exposta a diferentes tipos de violências, sendo que impactam direta e indiretamente seu desenvolvimento e suas relações sociais. Assim a criança, pela sua condição natural, está em constante vulnerabilidade em decorrência de muitas violências: físicas, psicológicas, institucionais e sexuais. E para falar de prevenção às violências na infância, é necessário, primeiramente, destacar quais são elas e suas características.

A violência física é a ação que envolve agressões que possam ocasionar ou não ser evidenciadas no corpo da criança. Ela é sempre intencional, partindo de alguém fisicamente mais forte e que gera danos físicos e psicológicos. Ocorre geralmente no ambiente familiar (Paraná, 2021). De acordo com a Lei da Escuta, Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, em seu Artigo 4º, a violência física é compreendida “como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico” (Brasil, 2017, online).

A violência psicológica pode ser considerada invisível fisicamente, diferente da violência física que os prejuízos são notórios no corpo físico da vítima. Caracteriza-se por ameaças, humilhação, privação emocional, abuso da autoridade, agressão verbal, entre outros. Essa violência acarreta em medo, depressão, ansiedade, pensamentos suicidas e muitos outros danos mentais e psicológicos a criança (Maia & Williams, 2005). Já a violência institucional, de acordo com o Ministério Público do Paraná (Paraná, 2021), é toda ação ou negligência das instituições públicas e privadas, assim como de servidores públicos que se omitem e não asseguram a proteção de crianças e adolescentes.

A violência sexual caracteriza-se pelo ato ou contato físico com crianças e adolescentes com intuito sexual. Essa violência pode ser manifestada de diversas formas, como a carícia nos genitais, pornografia, o ato sexual com ou sem penetração e usando ou não de violência (Furlan et al, 2011). As consequências apresentadas por quem sofre violência sexual são inúmeras, físicas, emocionais, cognitivas, comportamentais e até mesmo psicológicas (Hohendorff & Patias, 2017).

Do ponto de vista estatístico, a criança sofre inúmeras violências relacionadas a violência sexual, física e psicológicas, onde os dados divulgados são alarmantes. Segundo o Observatório do Terceiro Setor (2021), no Brasil por ano são registrados 500 mil casos exploração sexual contra crianças e adolescentes (75% são meninas), ficando em segundo lugar no ranking de abuso sexual infanto-juvenil, atrás apenas da Tailândia. Segundo dados divulgados pelo Disque 100 através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) em relação a crianças e adolescentes, das 35 mil denúncias foram registradas 6 mil sobre violência no sexual até o mês de maio de 2021, sendo 17,5%. Das 35 mil denúncias recebidas, são citadas as violências de natureza física com 25,7 mil registros e 25,6 mil denúncias que citam a violência psicológica (em alguns casos, ambas

aparecem). Meninas entre 12-14 anos correspondem a 66,4% das vítimas (5,3 mil), as meninas entre 2-4 anos representam 52% das vítimas nessa faixa etária (5,1 mil). (Brasil, 2021b).

Existem canais de denúncias de violações de direitos, sendo um deles o Disque Direitos Humanos - Disque 100. É um serviço que auxilia no compartilhamento de informações sobre direitos dos grupos considerados vulneráveis, assim como um canal direto de denúncias de violações. Os grupos envolvem crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, população LGBTQIA+, dentre outros.

Os dados são recebidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e então, são analisadas as informações e encaminhadas aos órgãos competentes para as providências de responsabilização e cumprimento da lei (BRASIL, 2021a). Denúncias de violência contra crianças e adolescentes representam 30% do total das denúncias recebidas pelo Disque 100 e o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher).

Para oportunizar a segurança e o reconhecimento da criança, a legislação brasileira, além do ECA (Brasil, 1990), utiliza-se de ações para a prevenção da violência sexual, em que há Lei da Escuta Protegida, Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, em que deve assegurar o direito de atendimento as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual. Assim, cabe ao órgão competente e equipe multidisciplinar realizar a escuta especial ou depoimento especial em local apropriado, garantindo a privacidade dessa criança ou adolescente, para então fazer os devidos encaminhamentos (sejam eles notificação, encaminhamento ou medida protetiva) (Brasil, 2017).

Portanto, reforça-se a importância da garantia de direitos, pois, a criança precisa ser livre, reconhecida, ter autonomia, buscar seu desenvolvimento pleno. Assegurar seus direitos é proporcionar uma melhor qualidade de vida, garantia de futuro e proporcionar o bem-estar físico, mental e social, cabe a família, Estado e a Sociedade em geral. Ademais, a Pedagogia Social, como ciência da educação, atuará como precursora da superação de vulnerabilidades e riscos sociais. Lima, Monteiro & Asinelli-Luz (2019), destacam que dentro dos contextos de violência há a necessidade e importância de mobilizar e proteger, utilizando-se do diálogo, da escuta e da prática

conjunta das diferentes áreas da saúde, educação, assistência social, segurança pública, dentre outras.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após realização da pesquisa nos bancos de dados da CAPES e o Google Acadêmico, encontrou-se o total de 2155 artigos entre os anos de 2011 a 2021, com as palavras-chave: abuso sexual infantil, criança, aprendizagem, educação, consequência. Na CAPES foram 1481 na busca geral através da palavra abuso sexual e no Google Acadêmico 674. Na primeira etapa de análise, após a leitura dos títulos e resumos, seguindo os critérios de inclusão, não se encontrou na CAPES e, foram encontrados 14 no Google Acadêmico. A segunda etapa, com a leitura flutuante dos artigos, selecionou-se 4 para a discussão final do Google Acadêmico (Tabela 01).

Tabela 01: Artigos encontrados na primeira e segunda etapas de investigação

	CAPES	Google Acadêmico	TOTAL
BUSCA GERAL	1481	674	2155
1ª ETAPA DE ANÁLISE	0	14	14
2ª ETAPA DE ANÁLISE	0	4	4

Fonte: as autoras (2021).

Os resultados das buscas por meio das palavras-chave foram de diferentes áreas, sendo algumas em Direito e, a maioria, na área de Psicologia. Sobre o panorama qualitativo das pesquisas, destaca-se que foram encontradas poucas que atenderam aos critérios de inclusão. Este fator pode ter ocorrido devido a limitação dos bancos de dados escolhidos e/ou pelos recortes temporais ou de palavras-chave.

Dentre as 2155 produções encontradas, observou-se a diversidade de temas envolvendo o abuso sexual infantil, sendo destaque as que mencionavam o comportamento e perfil do abusador, que comumente é um adulto do sexo masculino, traçando seu perfil psicológico, a contextualização de

vítima e agressor. Também se identificou estudos sobre parricídio, que é o homicídio praticado por filhos contra o pai, sendo esse ocasionado por maus tratos na infância, negligência e abusos físicos e psicológicos.

Destacaram-se pesquisas referente a importância da participação escolar no enfrentamento as questões de violência sexual infantil e do papel social que ela exerce no processo de superação dos alunos vítimas de abusos, dando ênfase a Educação sexual nas escolas públicas, a importância de política pública reformulação do currículo e formação do professor. Em relação a violência doméstica observou-se a exposição das variadas formas de abuso sexual e das idades das vítimas, onde bebês são considerados os mais vulneráveis por não terem a probabilidade de denúncia e possibilidade de afastar-se da situação.

Observou-se pesquisas que investigavam sobre o tráfico de crianças, na qual apresentaram o panorama geral de estudos do Brasil. Em levantamento de dados científicos, indicaram o perfil das possíveis vítimas, salientando o grupo de crianças em situação de vulnerabilidade social, sendo as mais expostas a essa realidade, sem possibilidade de defesa e, a menção sobre danos futuros comportamentais, físicos e psíquicos. Ademais, identificou-se estudos que retratavam o atendimento social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, bem como a forma de realização desse atendimento, dos procedimentos e intervenção.

Para a análise dos artigos escolhidos na segunda etapa, a leitura flutuante dos artigos escolhidos, seguindo para a análise das produções. Dos 4 artigos selecionados, um deles objetivou analisar a realidade do abuso sexual de crianças e seus reflexos no desenvolvimento escolar por meio de uma pesquisa teórica documental (Trabuco; Peres & Maio, 2015). O segundo artigo buscou compreender a concepção dos professores sobre o abuso sexual e, assim, destacaram algumas consequências para a aprendizagem escolar, tendo como metodologia questionários fechados sobre o tema (Pedroso & Barbosa, 2017). Nos dois estudos selecionados observou-se as barreiras que as crianças que sofreram abuso sexual apresentam ao passar pelo processo de ensino-aprendizagem, assim como algumas indicações de ações pedagógicas que podem auxiliam na superação dessas dificuldades,

lembrando que se trata de crianças entre 6 e 7 anos, matriculadas no Ensino Fundamental, anos iniciais.

O terceiro artigo analisado discutiu sobre os prejuízos do abuso sexual infantil na fase escolar, evidenciando a importância da escola para o processo de superação. Reforçou-se a valorização da educação sexual como oportunidade da família e escola dialogarem sobre a existência das violências para formas de prevenção. Tratou-se de uma pesquisa de cunho teórico, com base na leitura de livros, artigos e documentos sobre o tema (Oliveira & Miranda, 2013).

O quarto e último artigo analisado analisou práticas pedagógicas que poderiam auxiliar em ações de prevenção à violência sexual infantil e, para isso, identificou consequências no processo de ensino e aprendizagem da criança. Tratou-se de um estudo teórico, de análise de livros e artigos entre 2011 a 2021. A literatura apontou a necessidade de investimento nas ações de prevenção e intervenção sobre o tema, assim como a precisão de capacitação aos educadores e educadoras (Maduro & Brito, 2021).

Considerando os episódios de abuso sexual, a criança pode apresentar sinais de dificuldades de aprendizagens de variadas formas, sendo desde aspectos individuais (alteração no sono, por exemplo), até problemas de socialização (e até mesmo repulsa ao ser tocado por algumas pessoas). Ela tende a demonstrar desinteresse e falta de motivação, dificuldade de atenção e interação entre colegas e professores. Há resistência para mudanças na rotina, nega-se a frequentar determinados lugares ou recusa-se a voltar para casa (Trabuco; Peres & Maio, 2015).

A criança demonstra falta de interesse e, dificuldade na aprendizagem (muitas vezes por não compreender a situação, não poder ou não ter a oportunidade de expor determinada situação), gerando assim, um segredo consigo mesma, sem compreender que o abuso é errado e que, copiosamente, é praticado por alguém próximo a ela, a leva a um estado de confusão (Trabuco; Peres & Maio, 2015; Pedroso & Barbosa, 2017). As mudanças de comportamento no contexto escolar podem ser observadas e identificadas. Deve-se atentar-se aos excessos, uma vez que a criança demonstra falta ou desinteresse em retornar para casa, declínio e abandono escolar contribuindo para o baixo rendimento escolar, assim como a dificuldade de aprendizagem e

indiferença na participação das atividades escolares são motivos de atenção (Trabuco; Peres & Maio, 2015).

O estudo de Pedroso e Barbosa (2017), também apontaram que o surgimento de objetos fora do cotidiano ou realidade financeira podem ser sinal de aliciamento. Ainda há as alterações comportamentais da criança, em que deve-se observar comportamento de regressão a determinadas ações, assim como desejo por usar fraldas ou enurese noturna. Somado a esses sintomas, pode-se perceber sinais físicos como: traumatismo físico, lesões e o aparecimento de hematomas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Dores de cabeça e outros problemas de saúde, sem causa aparente, podem aparecer em decorrência de causas psicológicas e emocionais.

As consequências do abuso sexual para o processo de ensino e aprendizagem de crianças são relacionadas a decorrência do estresse pós-traumático, causando dificuldade nos espaços educativos. Há dificuldades identificadas nesse processo, onde o isolamento faz com que a criança se abstenha do professor, gerando assim a dificuldade de relacionamento, inclusive com os demais alunos. Faz com que ela não tenha motivação e concentração para participar ativamente das aulas (Trabuco; Peres & Maio, 2015; Pedroso & Barbosa, 2017; Gonçalves, 2014).

Cada criança manifesta diferentes indícios de que o abuso ocorreu e, os traumas advindos por ele marcarão sua vida independentemente se a curto ou longo prazo, sendo que as consequências podem acarretar transtornos psicológicos. Esses impactos deixados pelo abuso podem variar dependendo de fatores como o tipo do temperamento, idade da vítima, familiaridade com o abusador e a duração e o tempo de cada episódio dos abusos sofridos (Maduro & Brito, 2021).

Pensando nas consequências causadas pelo abuso sexual infantil, é necessário destacar a importância da Educação Sexual escolar como aliada na prevenção e enfrentamento de possíveis abusos. Essa temática precisa ser inserida nos espaços escolares, sendo direcionado aos professores, gestores e outros profissionais que trabalham diretamente com as crianças.

É preciso conhecer os sinais que a criança possa apresentar por meio de desenhos, palavras de cunho sexual, ações sexuais que não condizem com sua idade e principalmente, se identificado o abuso, cumprir com sua responsabilidade de fazer a denúncia formal. Nesse caso, após identificado que a

criança foi abusada, ela deve, imediatamente, receber atendimento especializado com equipe multidisciplinar, a fim de minimizar e superar as consequências causadas ao seu desenvolvimento e para seu processo de aprendizagem (Oliveira & Miranda, 2013).

A escola exerce papel fundamental para a superação das consequências causadas pelo abuso sexual infantil. É responsável pela prevenção, pelos sinais de alerta e, sobretudo, pelas práticas pedagógicas que possam auxiliar nas dificuldades de aprendizagem decorrentes da violência. Destaca-se as atividades que envolvem o estímulo da autoestima, do fortalecimento de vínculos, de estímulo à atenção e concentração, bem como salientar as potencialidades da criança. O trabalho multiprofissional se torna importante para que educadores, psicólogos e psicopedagogos possam atuar juntos. Nos estudos analisados (Oliveira & Miranda, 2013; Maduro & Brito, 2021; Trabuco; Peres & Maio, 2015; Pedroso & Barbosa, 2017), identificou-se a importância de que os professores tenham acesso ao tema sobre a violência sexual infantil desde sua formação inicial até sua formação continuada. Somente com a capacitação desses profissionais será possível mudar o cenário atual, uma vez que se tem o conhecimento teórico e legal, o professor será capaz de ensinar e incentivar a criança por meio de práticas pedagógicas de ação e prevenção.

Uma vez que os profissionais da educação obtêm o conhecimento, deixam de ser omissos ao tema, passando a ser ativos no processo de enfrentamento, rompendo assim, a barreira do silêncio e tornando possível as denúncias de abuso sexual. Ademais, há o incentivo do acesso a literatura infantil como aliada as práticas pedagógicas, podendo ser utilizada como recurso em caráter de prevenção, superação e inclusive autodefesa contra a violência sexual infantil.

É por algumas destas razões que se reforça a importância da prevenção das violências na infância para a garantia de direitos, não somente é papel da escola e sim da comunidade em geral e principalmente de seu grupo familiar. Promover ações de prevenção e não somente o tratamento das vítimas, para que isso ocorra é necessário que os mais variados grupos sejam protagonistas desse processo, onde seja possível identificar situações de vulnerabilidade a serem assistidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura apresenta que a criança, por muito tempo, foi considerada um adulto em miniatura. Com o avanço da ciência e dos processos educativos, a criança começou a ser observada pela sua individualidade e suas potencialidades. Atualmente, é considerada sujeito de direitos, sendo reconhecida pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), por exemplo. Porém, mesmo com o reconhecimento legislativo, por muitas vezes esses direitos são violados. A violação dos direitos da criança pode acontecer por meio de diferentes de algumas violências, como violências físicas, psicológicas, institucionais e sexuais.

A violência sexual, considerada como abuso sexual infantil, traz consigo algumas consequências para a aprendizagem das crianças geradas pelo estresse pós-traumático, sendo algumas delas desinteresse, falta de motivação, dificuldade de atenção e interação entre colegas e professores. Nesse contexto existe a necessidade de práticas pedagógicas de ação e intervenção e que contribuam para a aprendizagem das crianças.

Desde a mais tenra idade, a criança deve conhecer e saber a nomenclatura correta das partes do corpo e não apelidos, principalmente com o intuito de facilitar a comunicação com os professores caso identifiquem algum sinal de violação sexual. Desse modo, o educador precisa de formação inicial e continuada na área, utilizando-se de atividades lúdicas, criativas, de fortalecimento de vínculos, entre outras práticas, para que o tema seja incluído nas atividades do cotidiano escolar.

A partir dos estudos analisados com a Revisão Sistemática, percebe-se a necessidade de notoriedade do tema abordado não somente no âmbito educacional, mas em meio a sociedade em geral. Surge a necessidade de reforçar políticas públicas que envolvam a Educação Sexual para as crianças, visando minimizar situações de vulnerabilidade ao abuso. Para que isso ocorra é necessário investimento não somente na Educação, em uma Educação Preventiva Integral, que possibilite identificar violências e superá-las, com atuação em setores como a saúde e assistência social e que se relacionam e dialogam entre si, do diálogo entre a Pedagogia Escolar e a Pedagogia Social.

Observando a pesquisa, é possível compreender como o abuso sexual é capaz de interferir negativamente na aprendizagem da criança, seja a curto ou longo prazo, em que ocasiona

inestimáveis consequências para seu desenvolvimento biopsicossocial ao longo de sua vida. Reconhece-se que todo cidadão precisa conhecer o tema para atuar ativamente na preservação dos direitos das crianças e adolescentes, valorizando a infância e o processo evolutivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1988/2013.

BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990 (1990). Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.

BRASIL. Lei Feral nº 13431, de 4 de abril de 2017. (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm>. Acesso em 01 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Denunciar violação de direitos humanos (Disque 100). (2021^a). Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>>. Acesso em 01 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disque 100 tem mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2021. (2021b). Brasília, Distrito Federal. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021>>. Acesso em 01 de junho de 2021.

CALDEIRA, Laura Bianca. O conceito de infância no decorrer da história. (2008). Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_d_e_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2021.

FURLAN, Fabiano; TANK, Jéssica Aline; SCHNELL, Lenize Carnette; CYRINO, Luis Arthur Rangel (2021). Violência sexual infantil: a dialética abusador/abusado e o sistema de enfrentamento. *Vivências*, 7 (13), p.198-208. Disponível em:

<http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_013/artigos/artigos_vivencias_13/n13_22.pdf>.

Acesso em 27 de maio de 2021.

GEBERT. Angélica Baumgarten. De adulto em miniatura para protagonista: uma primeira infância possível? (2019) *Revista Tuiuti: Ciência e Cultura*, Curitiba, 5 (58), p. 186-211. Disponível em: <<https://seer.utp.br/index.php/h/article/view/2183/1817>>. Acesso em 27 de maio de 2021.

GONÇALVES, Cássia de Oliveira (2014). Implicações do abuso sexual no processo educacional: um olhar para a criança. 92p. Trabalho Final de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19751/1/2014_C%C3%A1ssiadeOliveiraGon%C3%A7alves.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

HOHENDORFF, Jean Von; PATIAS, Naiana Dapieve (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, 49, p. 239-257. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/9474>>. Acesso em 27 de maio de 2021.

JÁCOME, Paloma da Silva (2018). Criança e infância: uma construção histórica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7139/1/crian%C3%A7aInfanciaContruc_Monografia_2018.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2021.

LIMA, Tatiane Delurdes de; MONTEIRO, Michelle Popenga Geraim; ASINELLI-LUZ, Araci (2019); O educador e a prática de educação preventiva integral. *Quadernsanimacio*, 30, p. 1-19. Disponível em: <http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/treinta/index_htm_files/O%20educador.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2021.

MADURO, Daniele Pelaes Damasceno; BRITO, Ângela do Céu Ubaiara. (2021). Práticas pedagógicas de prevenção contra violência sexual na infância. *Educação em Revista*, Marília, 22, p. 107-126, Edição Especial.

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área Temas em Psicologia. *Sociedade Brasileira de Psicologia*, Ribeirão Preto, 13 (2), p. 91-103. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751425002>>. Acesso em 01 de junho de 2021.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR (2021). 500 mil crianças são vítimas de exploração sexual no Brasil, por ano. Redação observatório, São Paulo. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/500-mil-criancas-sao-vitimas-de-exploracao-sexual-no-brasil/>>. Acesso em 27 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Márcio de; MIRANDA, Ariane Camila Tagliacolo (2013). Abuso sexual infantil e escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis. Disponível em: <http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381847205_ARQUIVO_ABUSO_SEXUAL_INFANTIL_E_ESCOLA.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná (2021). Criança e adolescente. Curitiba. Disponível em: <<http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2148.html>>. Acesso em 27 de maio de 2021.

PEDROSO, Miriã Raquel; BARBOSA, Claudia Waltrick Machado (2017). A criança vítima de abuso sexual e a escola sob a perspectiva dos profissionais da Educação de Lages/SC. 20p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Centro Universitário Unifacvest. Disponível em: <<https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/b19bb-miria-raquel-pedroso--a-crianca-vitima-de-abuso-sexual-e-a-escola-sob-a-perspectiva-dos-profissionais-da-educacao-de-lages-sc--2017.pdf>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Mariádel Pilar Baptista (2013). Metodologia de Pesquisa. 5ª ed., Porto Alegre: Penso.

TRABUCO, Tania Maria Martini; PERES, Jonathan Amorim; MAIO, Eliane Rose (2015). A violência sexual versus o desempenho dos alunos no ambiente escolar. IV Simpósio Internacional de violência sexual: feminismos, identidades de gênero e políticas públicas. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: RODRIGUES, Liliane de Moraes Ferreira dos Santos & LIMA-BERTON, Tatiane Delurdes (2022); **REFLEXOS DO ABUSO SEXUAL NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DE 06 A 07 ANOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA;**
En: <http://quadernsanimacio.net> n° 36; Julio de 2022; ISSN: 1698-4404